

**Do enunciável ao visível e do visível ao enunciável:
as cintilações e reverberações presentes em manifestações
feministas**

***From the enunciable to the visible and from the visible to the enunciable:
the scintillations and reverberations in feminist
movements/manifestations***

Ana Christina de Pina Brandão
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Antônio Fernandes Júnior
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Resumo: Gilles Deleuze, em 1985, na Universidade de Paris, num curso intitulado *Michel Foucault: As formações históricas*, em que ministrou um total de 08 aulas com a proposta de tentar responder o que o que é o saber, procurou mostrá-lo como algo formado a partir de discursos (regimes de enunciados) e a partir do que é visível (as visibilidades), o que, na *Arqueologia do Saber*, Foucault denominou de campo, sistema ou domínio não-discursivo. Neste artigo, analisamos três imagens de manifestações feministas com o objetivo de tentar ver contra quais tipos de enclausuramentos elas se mobilizaram e se mobilizam. Procuramos, ainda, tentar perceber a força motriz que ilumina essas manifestações, efetuando um processo de conversão do olhar para captar o enunciado e, logo, também, a visibilidade, para refletir sobre a inter-relação do visível com o dizível sobre a condução de condutas das mulheres, produzidas historicamente. A análise atende, pois, aos pressupostos teórico/procedimentais de *A Arqueologia do Saber*, mas inspirada na leitura de Deleuze sobre a referida obra. Contribuem, também, para as reflexões realizadas, pesquisadores como Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, dentre outros.

Palavras-chave: Enunciados; Visibilidades; Enclausuramento; Desejo; Liberdade

Abstract: Gilles Deleuze, in 1985, at the University of Paris, in a course entitled *Michel Foucault: The historical formations*, in which he taught a total of 08 classes with the proposal of trying to answer what knowledge is, tried to show it as something formed from discourses (statement regimes) and from what is visible (visibilities), which, in the *Archeology of Knowledge*, Foucault (2002) called a non-discursive field, system or domain. In this article, we analyze three images of feminist movements/manifestations with the goal of trying to see what types of enclosures they mobilized and are mobilizing against. We also try to understand the driving force that illuminates these movements/manifestations, performing a look conversion process to capture



the statement and, therefore, also the visibility, to reflect on the interrelation of the visible with the sayable on women's conducts conduction, produced historically. The analysis therefore is managed by the theoretical/procedural postulates of *The Archeology of Knowledge*, but inspired by Deleuze's reading of the mentioned work. Researchers such as Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, among others, also contribute to the reflections that are made.

Keywords: Statements; Visibilities; Enclosures; Desire; Freedom

1 Introdução

Em 1985, na Universidade de Paris, Gilles Deleuze ministrou o primeiro de dois cursos dedicados ao pensamento de Michel Foucault. No primeiro, intitulado *Michel Foucault: As formações históricas*, Deleuze propôs, em 08 aulas, tentar responder à questão: “O que é o saber?”, partindo de uma leitura cuidadosa de *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2002), inter-relacionada a outros livros da fase arqueológica, quando o filósofo procurou mostrar o saber como algo que é formado a partir de discursos (regime de enunciados) e a partir do que é visível (as visibilidades). Deleuze chama, portanto, de visibilidade o que Foucault (2002), na arqueologia, denominou de campo, sistema ou domínio não-discursivo. Para Foucault, há, portanto, relações entre o ver e o falar. Contudo, como Deleuze nos mostra, essa relação não possui nada de perene nem de estável e nem de simples, posto que “[...] O que se vê não se aloja jamais no que se diz [...]” (FOUCAULT apud DELEUZE, 2017, p. 37, aula 05).

Se o que é visto não se aloja no que se diz, o que se tem entre o enunciado e a visibilidade – ou o discursivo e o não discursivo – é uma relação não-relação. Entre o ver e o falar, temos um processo de dupla captura, pois não há relação direta ou de causa e consequência, mas “captura mútua entre o visível e o enunciável, do visível ao enunciável e do enunciável ao visível.” (DELEUZE, 2017, p. 12, aula 06). O pesquisador, em diferentes aulas, toma exemplos do livro *História da loucura* (FOUCAULT, 2013) para reafirmar seus argumentos sobre essa relação, explicando que a prisão geral é a visibilidade da loucura e os enunciados médicos falam da desrazão, porém não se trata da mesma coisa. Na referida obra, Foucault analisa, como no século XVII, a ação policial de trancafiar indivíduos tidos como loucos, juntamente com vagabundos, desempregados, mendigos etc fez ver a loucura não a partir de um saber médico, mas de determinadas

formas de conduta que foram tidas como inadequadas ou indesejáveis, pois para o saber dessa formação histórica, esses indivíduos poluíam as ruas, causavam constrangimento, desafiavam a “normalidade” da época, incomodavam. Era preciso higienizá-las, tirando-os de circulação. No ajuntamento de diferentes tipos de indivíduos, o que o hospital geral fez ver e produziu como visibilidade foi uma espécie de sujeito da loucura, que não era definido pelo saber médico, mas por um modo de conduta considerada, como afirmamos, inadequada, indesejada pelas autoridades.

O que o saber médico e os enunciados dessa formação fizeram surgir foi o sujeito da desrazão. Historicamente não é a mesma coisa. O louco não precisava, e, ainda hoje, não precisa ser esquizofrênico, psicopata, sociopata, maníaco, obsessivo para ser louco, basta que se comporte de um modo que possa classificá-lo como tal. Pelas análises de Foucault sobre a loucura e o dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2013; 2017) não consideramos inconsequente afirmar o que não custou às mulheres o surgimento desse sujeito possibilitado tanto pelo hospital geral quanto pelos saberes médicos. Todas puderam e podem ser classificadas como loucas. Bastava-se (e basta-se) que desafiassem minimamente as normas de condutas que “deveriam seguir”, o que se esperava delas, que lá estavam elas como sujeitos da loucura, da histeria, posto que, na captura dos enunciados médicos e da visibilidade da loucura, puderam ser classificadas de histéricas e, assim, enclausuradas, banidas, esterilizadas.¹

Neste artigo, inspirados pela leitura de Deleuze sobre a *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2002) e embalados pelo desejo de refletirmos sobre o tema da liberdade, ou melhor dizendo, das práticas de liberdade por um viés foucaultiano, analisamos três

¹ Em *História da loucura* Foucault aborda sobre a histeria feminina, notando os enunciados sobre ela muito mais como uma imagem do que como uma doença. Em suas palavras: “[...] Muito frequentemente a histeria foi entendida como o efeito de um calor interno que espalha através do corpo uma efervescência, uma ebulição ininterruptamente manifestada por convulsões e espasmos. Esse calor não será parente do ardor amoroso ao qual a histeria é tão frequentemente associada, nas moças à procura de marido e nas jovens viúvas que perderam o seu? [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 280). Em *História da sexualidade: Vontade de saber*, o filósofo analisa como o saber médico constituído em relação à histeria ganharia, a partir do século XVIII, por meio de um dispositivo de sexualidade, o estabelecimento da regra entre o anormal e o normal (FOUCAULT, 2017). O exercício de poder sobre o corpo das mulheres, por meio da norma, irá fazer com que ela seja alvo de intervenções médicas cada vez mais violentas, como o caso da esterilização (FOUCAULT, 2017). Isso, porque, o saber sobre a histeria denominou o corpo feminino como mais passível de sofrer desse mal em função de seus órgãos reprodutores, de seu corpo, cujo interior é facilmente penetrável (FOUCAULT, 2013). Não obstante, a partir do século XIX, com o desenvolvimento do saber psiquiátrico, os enunciados médicos sobre a histeria feminina ganhariam ainda mais força. Os enunciados psiquiátricos sobre a histeria feminina e o exercício de poder sobre o corpo da mulher possibilitado pelo saber médico, levariam inúmeras mulheres, conforme afirma Tânia Navarro Swain (2013), a serem enclausuradas, tratadas, corrigidas.

imagens de manifestações feministas relevantes, posto que iluminam algumas de suas lutas entre os séculos XX e XXI, com o objetivo de tentar ver contra quais tipos de enclausuramentos elas se mobilizaram e se mobilizam. A luta pelo direito ao voto, o questionamento das práticas machistas em concursos de beleza e os debates sobre cultura do estupro compõem regimes de enunciados e visibilidades que as imagens escolhidas agenciam. Cada imagem agrega visibilidades e dizibilidades singulares, nas quais os regimes de luz e de enunciados tencionam práticas de aprisionamento e liberdade. Procuramos, ainda, tentar perceber a força motriz que ilumina essas manifestações, não totalmente oculta, nem totalmente visível (FOUCAULT, 2002). Tentaremos, pois, efetuar um processo de conversão do olhar para captar o enunciado e, logo, também, a visibilidade, para refletir sobre a inter-relação do visível com o dizível sobre a condução de condutas das mulheres, produzidas historicamente.

Assim, estamos considerando, obviamente, a noção de enunciado e, logo, de discurso, que a *Arqueologia* sustenta: disperso no tempo, descontínuo, palco de acontecimentos, cujas condições de existência são sempre históricas. Todavia, para que sejamos coerentes com os objetivos propostos neste artigo, chamaremos as imagens que colocamos em análise de enunciados-visibilidades e que fazem parte de uma grande formação histórica feminista que tantos outros enunciados ajudam a compor. Desse modo, do enunciável ao visível e do visível ao enunciável elas (as imagens) fazem cintilar coisas, há uma luz que se congrega sobre elas (DELEUZE, 2005).

Nosso esforço é o tentar captar essa luz fazendo suscitar enunciados. Deleuze afirma que, ao fender as coisas, ou melhor, quando as visibilidades nos possibilitam fender as coisas, fazemos suscitar inúmeros enunciados, do mesmo modo que, ao rachar as frases, não deixamos de fazê-lo sem suscitar visibilidades (DELEUZE, 2017, pp. 13-15, aula 07). Posto assim, a análise, talvez, ela própria, tente enxergar para além da poeira do combate entre o ver e o falar (DELEUZE, 2017, aula 05). Mas, certamente, nada do que dizemos aqui está fora de nossa experiência com o saber e o poder, pois a vontade e o desejo que conduzem a nossa escrita são históricos (FOUCAULT, 2006). Se podemos e queremos fender as coisas e rachar as palavras é porque fomos, antes, capturadas pelos enunciados e pelas visibilidades, como Deleuze mesmo afirma. E se os enunciados que suscitamos, neste artigo, possam fazer ver alguma coisa, que seja, também, o desejo que vemos iluminando as imagens que analisamos.

2 As cintilações e as reverberações das imagens em análise: a luta contra o enclausuramento e o desejo de liberdade

Na imagem 1, podemos ver a *sufragette* Emmeline Pankhurst (1858-1928) sendo presa quando tentava apresentar uma petição ao rei George V, em 1914, na porta do Palácio de Buckingham. As *sufragettes* foram um grupo mais radical do que os demais grupos de sufragistas, no Reino Unido, já que para chamar a atenção para as causas que defendiam se dispunham a ir presas e até feridas. O sufixo *ette*, a propósito, trata-se de um diminutivo pejorativo, que foi cunhado em um artigo publicado no *The Daily Mail* para se referir a elas numa tentativa de minimizá-las e ridicularizá-las frente aos demais grupos de sufragistas (LIMA, 2020). Segundo Lima (2020), o termo em questão foi triunfantemente adotado por esse grupo de mulheres.

Imagem 1 - *Sufragette* Emmeline Pankhurst (1858-1928) sendo presa



Fonte: Brasil Escola

Sabe-se que, além da realização de atos e marchas públicas, as *sufragettes* quebraram janelas, se amarraram a prédios públicos e provocaram incêndios, tudo para que suas reivindicações fossem ouvidas e vistas. Nada que se comparasse ao tom pacífico dos demais grupos de sufragistas. Loucas, portanto. Nota-se pela imagem a forma violenta com que Emmeline foi detida, tanto pela forma como o policial a imobiliza e prende seus braços quanto pela suspensão de seu corpo, como se fosse uma camisa de força. O homem à esquerda, visivelmente irritado, pode representar, sem exageros ou

especulações, a face de um patriarcado raivoso que as consideravam históricas. Esse mesmo patriarcado que, há séculos, tenta enclausurar as mulheres de diferentes formas. Cunha afirma que “[...] Toda veleidade de independência, toda tentativa de escapar ao destino biológico, às tarefas costumeiras e ao assujeitamento eram punidas com o internamento[...]” (1989 APUD SWAIN 2013, p. 228). A pesquisadora se refere, especificamente, às mulheres que foram internadas no hospital psiquiátrico do Juqueryi, na cidade de São Paulo, no início do século XX. Mas é difícil dizer em que época da história do ocidente, como afirmamos anteriormente, as mulheres não foram internadas de alguma forma, se não entre quatro paredes, dentro de si mesmas, em normas e regras de definições de raça, gênero, dentro de seus afazeres. Se na Grécia antiga as mulheres não possuíam qualquer direito de fala ou de atuação social, se estavam condicionadas a serem a esposa ou a filha de alguém (FOUCAULT, 2014), se nos séculos XIV e XV uma pastoral violenta caçou bruxas e as eliminou nas fogueiras (SWAIN, 2013), é difícil saber quando o poder patriarcal não constituiu um regime de verdade que concentrou, no falo e no masculino, a origem e a manutenção da razão e das racionalidades (SWAIN, 2013).

Não cremos que se possa afirmar que os enunciados médicos sobre a desrazão tenham constituído, no século XVII, a razão como sendo da ordem do masculino, como nota Swain (2013), pois ela já existia, em séculos anteriores, em enunciados dispersos, em práticas diversas para constituir um discurso de privilégio aos homens. Se algo pode ser formulado em discurso é porque há condições históricas para isso (FOUCAULT, 2002). Mas o que o referido século inicia, sem dúvidas, foi dotar a medicina do poder de dizer sobre a razão, de excluir pelo saber médico os normais dos anormais, e nos anormais, incluem-se as mulheres (SWAIN, 2013). E tal movimento epistêmico, tal exercício de poder teve, para as mulheres, efeitos devastadores.

A história, como nos mostra Foucault (2002, 2006, 2013), é cheia de rupturas. A máxima do “sempre foi assim” é uma falácia dos jogos de verdade. É na “mudança da *episteme* que se transformam as significações e o imaginário social, dando lugar a outras problemáticas, outras representações e outras práticas sociais” (SWAIN, 2013, p. 226). Portanto, são nas reformulações do discurso sobre a loucura, foi no poder-saber da medicina, com grande força, que se pôde atribuir cientificidade à inferioridade das mulheres em relação aos homens e dar condições de possibilidade para que se pudesse

realizar, no século XIX, o internamento geral das mulheres, não apenas o físico, mas o moral, o social:

O século XIX realiza o internamento geral das mulheres no ocidente, sem muros, sem asilo, sem prisão: é um internamento na exclusão do espaço público e dos direitos cívicos, num conjunto de leis que marcam do selo da fraqueza, da ignorância, das proibições mais diversas: de trabalhar, de estudar, de sair, de escrever, de se expressar, enfim (SWAIN, 2013, p. 230).

Nota-se na imagem 1 a inter-relação entre o visível (focos de poder) e o enunciável (formas de dizer) a partir de um movimento que exclui a mulher dos espaços da política e/ou de espaços profissionais outros. Os enunciados da medicina constituíram uma visibilidade de um sujeito feminino cujas faculdades mentais não lhe permitia usufruir das mesmas prerrogativas dos homens nos referidos espaços. As tentativas de romper com tal constituição, obviamente, não poderia ser tratada se não por meio da camisa de força, da prisão, do internamento, conforme a imagem em questão. A prisão de Emmeline Pankhurst, retratada pela imagem, data de início do século XX. As primeiras reuniões relatadas de mulheres pela luta ao sufrágio datam do final do XIX. Mas se se acirram as relações de poder, se acirram, do mesmo modo, as relações de resistência. Ora, se as visibilidades “[...] são complexos de ações e reações, complexos multissensoriais de ações e reações, ações e paixões [...]” (DELEUZE, 2017, p. 18, aula 04), para além de um patriarcado sempre pronto a enclausurar e interditar as mulheres, principalmente, as que ousam escapar da ilusória e violenta prerrogativa de inferioridade em relação aos homens, a imagem 1 também nos mostra um desejo de liberdade e é esse desejo que ilumina as imagens que analisamos neste artigo. Se observarmos bem a imagem 1, podemos notar que a *suffragette* não pareceu consentir a prisão com passividade. O fato de o policial tê-la levantado pode indicar certa resistência a se retirar do espaço “com doçura e educação”, como se espera de toda mulher. Ela também parece estar dizendo alguma coisa ou tentando, pelo menos. É o desejo de liberdade dos enclausuramentos, das opressões e violências que sofrem que parece mover os sujeitos feministas em suas lutas, ao menos, nas imagens que observamos.

Consideramos necessário esclarecer que a noção que constituímos de desejo de liberdade está ancorada nos estudos de Foucault acerca do poder e da verdade. Deleuze menciona sobre o desejo como um terceiro eixo do pensamento do autor: sendo o primeiro, o saber, o segundo, o poder e o terceiro, o desejo, acreditando que de um eixo

a outro há um deslocamento (DELEUZE, 2017, p. 7, aula 3). Krüger Junior (2020), não muito diferente de Deleuze, entende que o desejo perpassa a obra de Foucault havendo uma evolução de sua noção a partir da incursão do filósofo francês na genealogia da ética. O pesquisador nota o desejo em Foucault, a partir da referida genealogia, como uma espécie de dispositivo político para a fundamentação de um tonar-se outro (KRÜGER JUNIOR, 2020).

Corroboramos da hipótese deste autor de que a noção de desejo, assim como a de poder, é ampliada a partir da imersão de Michel Foucault na constituição do que se pode entender como uma história da governamentalidade, em especial, a partir de suas reflexões acerca do governo de si. Todavia, acreditamos que não é o desejo somente quem move os indivíduos a se tornarem sujeitos outros, mas, sim, um desejo de liberdade. Vemos o desejo de liberdade como um mobilizador para a dessubjetivação dos dispositivos de poder, de suas técnicas e tecnologias, um mobilizador para as contracondutas (FOUCAULT, 2008). Mais ainda, nossa hipótese é de que o desejo de liberdade, eticamente constituído, pode ser considerado uma técnica para o cuidado de si, uma técnica de si para a construção de uma existência bela (FOUCAULT, 2004). Entendendo-se o desejo de liberdade como técnica de si, eticamente, portanto, constituído, o sentido de liberdade também, obviamente, assume um sentido ético. A noção de liberdade, pensada a partir da arqueogenealogia pode ser escorregadia, já que transita conforme as formações discursivas de cada época. A noção de liberdade não escapa às racionalidades, aos dispositivos de poder que a constituem conforme suas tecnologias de verdade, como as do neoliberalismo, a título de exemplo, em que a renda é quase condição única para a liberdade.

Todavia, não nos interessa ainda discutir a ética do desejo de liberdade dos enunciados-visibilidades feministas que analisamos neste artigo, mas, sim, como ele é uma luz que se congrega em nosso *corpus* (DELEUZE, 2017, p. 13, aula 04). Neste trabalho, vemos esse desejo como o motor propulsor da luta feminista para se constituir como sujeito jurídico e como sujeito feminino que clama por outras verdades como as que não são constituídas pelos mecanismos de saber e as técnicas de poder de um patriarcado, que as aprisionam em regras e normas de conduta, estética e de existência. E é exatamente o que notamos na próxima imagem.

Imagem 2 - Protesto contra o *Miss America*



Fonte: Feminismo com classe

Ela retrata um momento do protesto que envolveu cerca de 200 mulheres estadunidenses, em setembro de 1968, contra o *Miss America*.² O protesto tinha como objetivo contestar o machismo, o racismo e o capitalismo impressos nesse concurso. A boneca sendo carregada por uma das participantes retrata o corpo desejável para vencê-lo: a cintura fina, os seios fartos, a pele branca, o cabelo muito bem penteado e liso, obviamente. Vê-se uma corrente amarrada à cintura da boneca e, do mesmo modo, duas manifestantes com correntes amarradas em seus pescoços. O enclausuramento, a prisão que aí se simula, por meio da boneca e das correntes, é a da estética pautado num discurso de feminilidade como sendo a norma para as formas de ser mulher. O enclausuramento que aí se simula e do qual as manifestantes clamam por liberdade é a de um enunciado risível, porém que assombra os sujeitos femininos e resume bem umas das verdades que as tecnologias de gênero procuram compor: “bela, recatada e do lar”, preferencialmente branca, muda, magra e sempre com um sorriso cordial.

Consideramos necessário mencionar que feministas negras, não brancas, não héteros têm mostrado, em trabalhos importantes, como os de Joyce Berth (2019), no livro *Empoderamento* e Carla Akotirene (2019), no livro *Interseccionalidades*, ambos da coletânea *Feminismos plurais*, como raça, etnia, sexualidade e classe social colocam mulheres sob tais interseccionalidades³ em posições desprivilegiadas nas relações de

² O *Miss America* é um concurso de beleza que acontece nos Estados Unidos, desde a década de 1920, com a participação de uma representante de cada um dos estados estadunidenses. O intuito do concurso é escolher a mulher mais bela dos Estados Unidos, que carregará o título por um ano e concorrerá a um outro concurso de beleza, de caráter internacional, o *Miss Universo*. A versão brasileira do concurso, o *Miss Brasil*, ocorre desde o início da década de 1950. As candidatas, desfilam com diferentes trajes, dentre eles trajes de banho, e respondem a perguntas dos jurados. Em 2018, a versão estadunidense aboliu o desfile, ou melhor, a prova com trajes de banho.

³ Segundo Brandão (2020, p. 62) “o conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, jurista e professora estadunidense da teoria crítica de raça, e utilizado formalmente por ela pela primeira

poder. As correntes que as aprisionam acabam por excluí-las de forma ainda mais violenta dos espaços sociais e as diferentes violências que sofrem são ainda mais absurdas do que sofrem as demais mulheres. Vale também mencionar que o protesto de que trata a imagem, em análise, que teve grande apoio e protagonismos de feministas negras, ao contrário do que se diz, é considerado um acontecimento importantíssimo, posto que inspirou a consolidação do que ficou conhecido por “Movimento de libertação das mulheres”, nos Estados Unidos, movimento esse que, por sua vez, inspirou movimentos feministas de diferentes países, inclusive o Brasil, a reverem e reelaborarem as pautas de suas lutas (PINTO, 2003; ROSSI, 2020).

O enunciado do cartaz que se nota na imagem: “Can make-up cover the wounds of our oppression?”, que traduzimos literalmente como: “A maquiagem pode cobrir as feridas de nossas opressões?”, ajuda a compor o desejo de liberdade que a imagem nos mostra. O termo “opressões”, como já comentamos, se refere à feminilidade normativa que condiciona as mulheres a uma subjetividade submissa e objetificada, mas, também, se refere às mazelas do racismo e da pobreza, ao mesmo tempo em que ilustra, juntamente com a boneca, como as mulheres foram conduzidas a privilegiarem o estético pelas relações de poder. Não há concursos de beleza sem que haja candidatas e público para isso. Como se vê, as camisas de força ou as prisões que prendem as mulheres não são sempre visíveis a olhos nus, mas também não totalmente ocultas. Podem guardar, na sutileza da feminilidade como norma, o poder dos homens *sobre seus corpos*, suas subjetividades, seus desejos (SWAIN, 2013; OKSALA, 2019).

É importante mencionarmos que não estamos fazendo uma linha temporal das lutas feministas, como se elas fossem estanques, monolíticas e tivessem pautas diferentes em cada época. É óbvio que o movimento sufragista de reivindicação da participação das mulheres no cenário político como eleitoras impulsionou a criação de leis, como dissemos, que asseguraram às mulheres em grande parte do ocidente (já que o sufrágio também aconteceu em outros países além da Inglaterra e os Estados Unidos) a serem inclusas nas constituições de seus países como sujeitos jurídicos, detentores de direitos. Naquela época, tornar-se sujeito de direitos era o movimento mais necessário pelas razões

vez em 1991, em um artigo publicado na revista especializada em assuntos jurídicos *Stanford Law Review*”. Akotirene (2019) argumenta que a interseccionalidade não é apenas um construto teórico, mas, do mesmo modo, uma ferramenta metodológica a fim de analisar o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado como categorias que não se separam dos modos de opressão que a descriminalização produz.

sobre as quais discorreremos anteriormente. Contudo, outros acontecimentos ocorreram ainda na época da luta feminina pelo sufrágio, como nos mostra a filósofa e historiadora feminista Margareth Rago (2019, p. 186) ao relatar a publicação do livro *A mulher é uma degenerada?*, da anarcofeminista mineira Maria Lacerda de Moura (1887-1945), em 1924, em que “refuta as teorias lombrosianas e o argumento da inferioridade biológica das mulheres”. O direito de as mulheres, assalariadas e alfabetizadas, votarem, no Brasil, se deu em 1932. Uma vez mais recorremos a Foucault (2002) para tratar da descontinuidade da história. Antes das sufragistas, outras mulheres, em diferentes momentos e lugares, exerceram resistência criticando o domínio dos homens. É inegável, porém, que a conquista ao voto foi basilar para que as pautas feministas pudessem avançar e as mulheres pudessem começar a adentrar no cenário político, a fim de conquistarem direitos negados a elas. Como se vê, contudo, tornar-se sujeito de direito, sujeito jurídico não assegurou e nem assegura luta contra as práticas misóginas, como se nota pelos números alarmantes de estupro e feminicídio neste país e em tantos lugares do mundo.

Imagem 3 - Marcha das vadias



Fonte: Rede Brasil Atual

A imagem 3, a propósito, capta uma performance de três manifestantes na marcha das vadias, em São Paulo, em 2011. Cada uma das três com uma maçã na boca. A maçã é o símbolo do pecado original, em que se culpou as mulheres pela desgraça dos homens, posto que Eva comeu do fruto proibido (a maçã) e convenceu Adão, pobre macho seduzido, a comê-la também, perdendo, assim, o paraíso prometido por Deus. Eva, desde então, representaria todas as mulheres. Rago (2019), em um artigo intitulado *Foucault em defesa de Eva*, comenta como o filósofo francês se posiciona em defesa de Eva em 04 momentos distintos, sendo um deles, no curso *Do governo dos vivos*, ministrado no

Còllege de France, em 1980, em que ironiza o padre Tertuliano por ser o inventor da maravilhosa ideia do pecado original e da mulher como o caminho para o diabo ou a porta dele (FOUCAULT, 2014, apud RAGO, 2019). A autora cita na íntegra o trecho em que o referido padre dirige-se às mulheres em *La toilette des femmes (De cultu feminarum)*

1. Você dá a luz em meio a dores e ansiedades, mulher; Você sofre a atração de seu marido e ele é seu mestre. E você ignora que Eva é você? 2. Ela ainda vive nesse mundo, a sentença de Deus contra o seu sexo. Então viva, como acusada. Você é a porta do diabo [...] (TERTULLIEN, 1971, p. 43 APUD RAGO, 2019, p. 181)

Foucault (2002), como já mencionamos, nos fala que não há enunciado que não preceda outro(s), pois os ditos e os não ditos se constituem pela memória que outros enunciados impregnam neles. O desserviço da pastoral em culpar as mulheres pela queda da humanidade possui forte ressonância ainda hoje. A três manifestantes, ao caminharem com as maçãs nas bocas, ironizam e protestam contra a camisa de força moral com que o discurso cristão e as práticas da pastoral tentaram prender as mulheres desde os primeiros séculos d.C. O desejo de liberdade, portanto, se converte contra a prisão moral que o referido discurso e referidas práticas contribuíram e contribuem para enclausurar as mulheres num sujeito feminino culpado ou da culpa, portanto, passível de ser punido, violentado, banido. A marcha das vadias, a propósito, foi uma tentativa de resposta a enunciados que culpam as mulheres pelos estupros e as violências físicas e psicológicas que sofrem. O sujeito feminino culpado faz parte do imaginário social e pode ser observado em canções como as do “feminejo”, a título de exemplo, que foram consideradas empoderadas e feministas por matérias da mídia digital entre os anos de 2016 e 2018. Sousa e Brandão (2022, no prelo) notam como esse sujeito é constituído nos enunciados de algumas dessas canções: passíveis de condenação, sofrem as consequências por carregarem consigo a volúpia dada pelo diabo. Os cartazes que vemos erguidos pelas manifestantes: “Me visto para mim e não para você” e “Meu corpo minhas regras”, ajudam, juntamente com a performance das manifestantes, a constituir o contradiscurso feminista a esses enunciados que são retomados para “justificarem” o estupro “porque estava bêbada”, “porque provocou”, “porque a saia era curta demais”, “porque não passa de uma vadia”. Enunciados que formam, com outros, discursos misóginos que o poder patriarcal formula e coloca em constante funcionamento.

3 Considerações finais

As imagens que compõe o breve *corpus* deste estudo corroboram a leitura de Deleuze (2017, p. 13, aula 01) sobre os regimes de ver e falar de determinada formação histórica, quando delimita que “cada época se define pelo que ela vê e faz ver e por aquilo que ela diz”. Ao demarcar as condições de visibilidade e de enunciado de uma dada temporalidade histórica, esse autor é ainda mais categórico, quando reitera que “cada formação histórica *vê e faz ver tudo o que pode*, em função de suas *condições de visibilidade*, assim como diz tudo o que pode, em função de suas *condições de enunciado*” (DELEUZE 2019, p. 63. Aula 01. Grifo nosso), corroborando os apontamentos foucaultianos indicados em *A Arqueologia do Saber*. Deleuze enfatiza que não há um primado do enunciado sobre as visibilidades ou do discursivo sobre o não discurso⁴, e essa inter-relação demarca o que pode ser visto ou dito sobre as lutas feministas indicadas nas imagens escolhidas. Cada imagem integra uma formação histórica, agencia visibilidades e dizibilidades singulares, nas quais os regimes de luz e de enunciados tencionam práticas de aprisionamento e liberdade. A escolha das três imagens, que integram nossa discussão, parte de uma problemática específica, a partir do qual dirigimos nosso olhar sobre as formas de ver e falar de algumas das várias lutas feministas, historicamente produzidas, e sobre a incidência do patriarcado sobre as condutas das mulheres, de ontem e hoje.

Enclausuramento social. Enclausuramento étnico-racial. Enclausuramento econômico. Enclausuramento estético. Enclausuramento heteronormativo. Enclausuramento moral. É, portanto, contra o enclausuramento, contra as camisas de força, contra as prisões que os enunciados e as visibilidades feministas se unem para uma formação histórica que pretende outros saberes, outras verdades que não as que são produzidas pelo patriarcado em relação às mulheres. Nesse sentido, o desejo de liberdade move as práticas feministas na tentativa de se constituir uma outra vontade de verdade que não tenha no masculino a formação de toda razão e de todas as racionalidades (SWAIN, 2013). Mas é necessário pensar sobre a liberdade, como mencionamos, para

⁴ O saber, formado a partir do agenciamento entre o visível e o enunciável, constitutivos de uma formação histórica, corresponderá ao que Foucault, nos estudos da genealogia do poder, irá nomear de dispositivo, conceito voltado para o estudo das condições de ver e falar de uma época (DELEUZE), proveniente da inter-relação entre as práticas de visibilidade e de enunciados ou das praticas discursivas e não discursivas.

além da repressão e da opressão. Foucault (1995) nos mostra em diferentes análises que o poder nunca é jamais, somente, da ordem da repressão ou da opressão, pois ele é produtivo, produz sujeitos, saberes, e verdades. Nesse sentido, as opressões podem ser bem mais sutis e, portanto, ardilosas do que se costuma notar. É por isso que, quando fazemos circular enunciados como os que vemos nos cartazes da figura 3, devemos nos perguntar: que regras são essas? Como foram constituídas? Não estamos, aqui, de forma alguma, desmerecendo tais enunciados, que são necessários para a luta contra o machismo, mas observar as sutilezas dos exercícios de poder e de suas técnicas sobre nós é necessário para que novas estratégias de luta sejam (re)pensadas. A ascensão do sujeito fascista ao poder executivo e legislativo nos mostra claramente que estamos sob a constante ameaça da emergência desse sujeito. Um sujeito que o poder patriarcal constitui, por isso, acreditamos que uma luta antifascista é, sobretudo, uma luta feminista.

Há muito que uma verdade sobre a luta, cremos que, muito fortemente, desde a revolução francesa, a coloca na lógica das grandes demonstrações de bravura, do enfrentamento físico, dos protestos de rua, das revoluções etc. Todavia, as relações de poder, a noção de que o poder é uma força produtiva, que é, também, infinitesimal (FOUCAULT, 1985;1995) nos conduz a também pensar nas lutas de forma infinitesimal. Como fazer do nosso desejo de liberdade uma técnica de si para nos conduzirmos a uma existência ética, bela? (FOUCAULT, 2004) Como constituir subjetividades feministas sem a falácia patriarcal do autoritarismo? Sem o engodo da prescrição, técnica de poder-saber do dispositivo de minoridade? (MARTINS, 2020) Como estabelecer um diálogo sem a arrogância dos regimes de saber e a nossa vontade de estabelecer uma única verdade? Como estabelecer estratégias de lutas contra um poder que borra todas as práticas discursivas, que nos ilude que somos livres e podemos fazer o que quisermos, como é o caso do neoliberalismo? Sabe-se muito bem (e estamos discutindo isso neste artigo) que as mulheres exercem sua liberdade de forma muito mais limitada do que os homens (OKSALA, 2019).

Mas os questionamentos que fazemos não configuram em desmerecimento das lutas feministas, que são grandes e relevantes. Não estamos falando de separações nem de rupturas nem de individualizações. Estamos falando de ressignificações, de avanços na crítica aos exercícios de poder, em desamarrar as camisas de força que se camuflam nos hábitos, por exemplo. Estamos falando de uma luta em prol de um feminismo que

aprenda a conduzir as condutas eticamente tentando se livrar das cegueiras que os poderes produzem. Mas sempre que precisarmos marchar e publicizar nossa luta, sempre que precisarmos transformá-la em visibilidade midiática, sempre que as lutas exigirem enfrentamentos é com as vadias que iremos marchar.

Contribuição

Ana Christina de Pina Brandão: Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Antônio Fernandes Júnior:** Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BERTH, Joice. Empoderamento. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BRANDÃO, Ana Christina de P. **O acontecimento discursivo do “feminejo”**: uma reflexão sobre o empoderamento e os regimes de verdade nas canções de Marília Mendonça. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10815>. Acesso em 05 out. 2020.

DELEUZE, Gilles. Os estratos e as formações históricas: o visível e o enunciável (saber). *In*: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant’ São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 57-77.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Tradução: Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/12/11/deleuze-acerca-das-formacoes-historicas-em-foucault-transcricao-de-oito-aulas-em-portugues/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos V).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Frago de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na época clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Coleção Ditos & Escritos IX).

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

KRÜGER JUNIOR, Dirceu A. O conceito de desejo em Michel Foucault como um dispositivo político na perspectiva de fundamentação de um “tornar-se outro”. **Revista Seara Filosófica**, Pelotas, RS, n 21, pp 89-104, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/19764/12907> Acesso em: 29 jan. 2022

LIMA, Juliana D de. Feminismos: origens, conquistas e desafios no século 2. **Nexo Jornal**. 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em: 12 jan. 2022

MARTINS, Maria Marta. **O dispositivo de menoridade e as formas de governo das condutas na contemporaneidade**. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10426>. Acesso em: 02 out. 2020

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. (Coleção Entregêneros).

PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do povo brasileiro).

RAGO, Margareth. Foucault em defesa de Eva. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 175-189. (Coleção Entregêneros).

REDE BRASIL ATUAL. ‘Marcha das Vadias’, em São Paulo, critica o machismo. 04 jun. 2011. Foto de: Danilo Ramos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/06/marcha-das-vadias-em-sao-paulo-faz-forte-critica-ao-machismo/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RESENDE, Milka de O. Movimento sufragista. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimento-sufragista.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022

Rossi, Aline. 52 anos do protesto que não queimou sutiãs. **Feminismo com Classe**. 09 set. 2020. Disponível em: <https://feminismoclasse.medium.com/52-anos-do-protesto-que-n%C3%A3o-queimou-suti%C3%A3s-f38faf5349e1>. Acesso em: 13 jan. 2022

SOUSA, Kátia M, BRANDÃO; Ana Christina de P. “O ‘feminejo’ agrega, a esquerda perde aliados importantes”: as posições-sujeito mobilizadas em um artigo de opinião da mídia digital em reflexão frente à análise de enunciados de canções do “feminejo”. *In*: CUTRIM, Ilza G; ARANHA, Marize B R e CRUZ, Mônica da S. **Estudos da Linguagem**: Instrumentos teóricos e metodológicos, Vol II. Maranhão: EDUFMA, 2022, no prelo.

SWAIN, Tania N. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. *In*: MUCHAIL, Salma; FONSECA, Marcio A.; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *O mesmo e o outro*: 50 anos de História da Loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Estudos foucaultianos).

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 03 de junho 2022

Publicado em agosto de 2022

Ana Christina de Pina Brandão
E-mail: ana.chrisbrandao@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-2389>

Antônio Fernandes Júnior
E-mail: antonio_junior@ufcat.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4969-0407>